

Miguel Macias Sequeira
Outubro 2025

Depois do apagão em Portugal

*Mantém-se o voto de confiança
para acelerar a transição energética?*

Editora

Fundação Friedrich Ebert
Representação em Portugal
Av. Sidónio Pais 16 1º Dto
1050-215 Lisboa
portugal.fes.de

Contacto

info.portugal@fes.de

Autor

Miguel Macias Sequeira

É doutorado em ambiente e sustentabilidade pela NOVA-FCT e é investigador em energia e clima no Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (CENSE). A sua investigação explora a transição energética nas suas múltiplas dimensões, incluindo o envolvimento dos cidadãos e a justiça no acesso à energia. Miguel Macias Sequeira é voluntário na Parceria Local de Telheiras, com experiência na dinamização de comunidades de energia e de outras iniciativas locais no âmbito da sustentabilidade.

Responsabilidade pelo conteúdo e edição

Fabian Schmiedel, Diretor de Escritório da Fundação Friedrich Ebert em Portugal

Contacto

Fabian Schmiedel
fabian.schmiedel@fes.de

Design/Diagramação

Ricardo Torres, Kardo Atelier
kardo.net

Fotografia da capa

Larisa Stefanuyk, iStock
istockphoto.com/pt

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as posições da Friedrich-Ebert-Stiftung e.V. (FES). O uso comercial dos meios publicados pela Fundação Friedrich Ebert não é permitido sem o consentimento por escrito da Fundação Friedrich Ebert.

As publicações da FES não podem ser utilizadas para fins de campanhas eleitorais.

Outubro 2025

© Friedrich-Ebert-Stiftung e.V.

Outras publicações da Friedrich-Ebert-Stiftung estão disponíveis em alemão e em inglês em:

fes.de/publikationen

Índice

Contexto e conceção do estudo	
Portugal entre o apagão e a transição energética	3
28 de abril de 2025	
O apagão e a transição energética em Portugal.	5
De 2023 a 2025	
Como evoluíram as prioridades dos portugueses?	8
Envolvimento na transição energética antes e depois do apagão	11
Considerações finais e recomendações	12
Referências	13

Contexto e conceção do estudo – Portugal entre o apagão e a transição energética

As alterações climáticas são uma das mais graves ameaças que a humanidade enfrenta, exigindo uma resposta concertada a todas as escalas, da global à local, e com o envolvimento de todos os agentes, dos governos nacionais e grandes empresas ao comum cidadão. A Agência Internacional de Energia (2023) afirma que as tecnologias necessárias para um corte profundo nas emissões de gases de efeito estufa, até 2030, já estão disponíveis. Simultaneamente, em cenários compatíveis com o Acordo de Paris, metade da redução de emissões depende, direta ou indiretamente, dos consumidores.

A nível global, têm ocorrido rápidas mudanças na conjuntura política, económica e militar que, entre outras consequências, desviam o foco da ação climática. O ano de 2024 foi um ano de recordes, com o maior consumo de sempre de carvão, petróleo e gás natural e com o aumento da temperatura média global a ultrapassar pela primeira vez a meta de 1,5 °C definida pelo Acordo de Paris (Agência Internacional de Energia, 2024; Tollefson, 2025).

A União Europeia consagrou no Pacto Ecológico Europeu a sua ambição de liderar a transição global rumo à neutralidade climática. Tal implica uma transformação estrutural do sistema energético, inclusivamente através da substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis e do aumento da eficiência energética. Este processo não é apenas tecnológico, implicando o envolvimento ativo dos cidadãos para as mudanças sociais, políticas e culturais necessárias para uma transição justa (Sequeira *et al.*, 2024a).

Portugal tem já uma penetração significativa de energias renováveis no seu cabaz energético, correspondendo a cerca de 71% do consumo de eletricidade em 2024 (REN, 2025). De acordo com o inquérito Eurobarometer (Comissão Europeia, 2025), 89% dos portugueses apoiam o objetivo da União Europeia de atingir a neutralidade climática em 2050. No entanto, a recente instabilidade política colocou entraves à adoção de políticas e medidas na área de ambiente e energia.



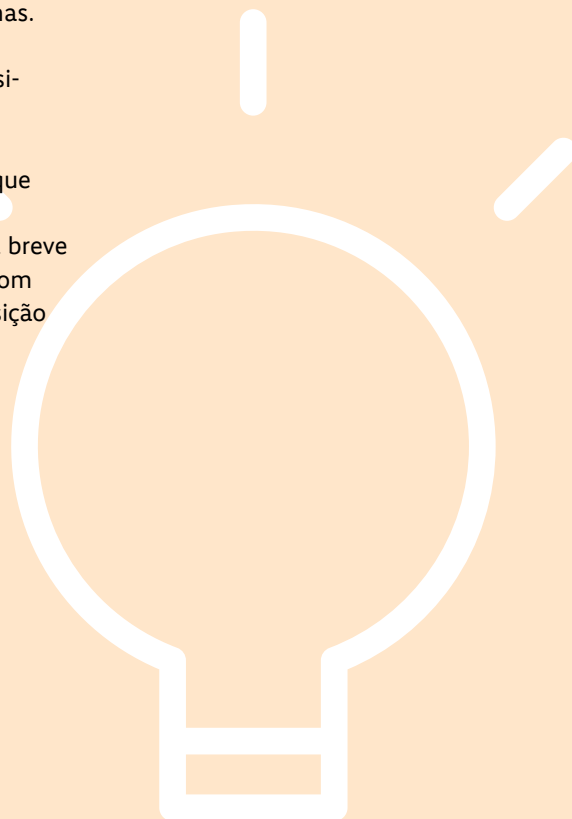
A 28 de abril de 2025, pelas 11h33, ocorreu uma situação histórica na Península Ibérica — uma interrupção geral do abastecimento de eletricidade (vulgo apagão) que afetou cerca de 60 milhões de pessoas e levou a graves perturbações em serviços críticos. Em menos de cinco segundos, uma perda abrupta na geração de eletricidade em Espanha causou um colapso em cascata que se estendeu por toda a rede ibérica. A reposição total do abastecimento de eletricidade em Portugal demorou quase 12 horas. O apagão reacendeu o debate público sobre a transição energética em Portugal, questionando-se tanto as causas deste fenómeno e as soluções imediatas para prevenir a sua repetição como as decisões estratégicas a longo-prazo para o sistema energético.

Em 2023, a Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) promoveu um inquérito em dezanove países com o objetivo de perceber as perceções, interesses, receios e expectativas da população face à mudança socioecológica em curso. Em Portugal, os principais resultados deste inquérito foram analisados por Schmidt *et al.* (2025). Estes autores concluem que os portugueses são favoráveis à proteção do clima e do ambiente e apoiam a aposta nas energias renováveis. No entanto, frequentemente, as preocupações prementes do quotidiano, por exemplo com a saúde, habitação e rendimentos, sobrepõem-se e inibem um envolvimento ativo na transição energética.

Dada a rápida evolução do contexto nacional e global e as circunstâncias extraordinárias do apagão de 28 de abril de 2025, a FES Portugal decidiu efetuar uma repetição parcial do inquérito conduzido em 2023, com o objetivo de aferir potenciais alterações nas prioridades dos portugueses face às alterações climáticas e energias renováveis. De forma a facilitar a comparação de resultados entre os dois períodos de amostragem, as questões e as opções de resposta mantiveram-se inalteradas na repetição do inquérito. Ao mesmo tempo, o inquérito foi incrementado com questões especificamente desenhadas para avaliar a perceção da população relativamente ao apagão e as suas possíveis sequelas na opinião pública sobre a transição energética em curso.

O inquérito foi conduzido *online* entre 9 e 24 de junho de 2025. O universo do inquérito são indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 69 anos e residentes em lares privados em Portugal continental e regiões autónomas. A amostra é constituída por 1200 entrevistas distribuídas de acordo com a população em estudo pelas variáveis sexo, idade e região, sendo esta considerada representativa da população portuguesa.

Neste documento, investiga-se em detalhe os resultados do inquérito no que respeita às possíveis repercussões do apagão de 28 de abril de 2025 para o futuro da transição energética em Portugal. Adicionalmente, faz-se uma breve análise da evolução das prioridades dos portugueses, entre 2023 e 2025, com destaque para os temas relacionados com as alterações climáticas e a transição energética. Por fim, apresentam-se recomendações para acelerar a transição energética justa em Portugal.



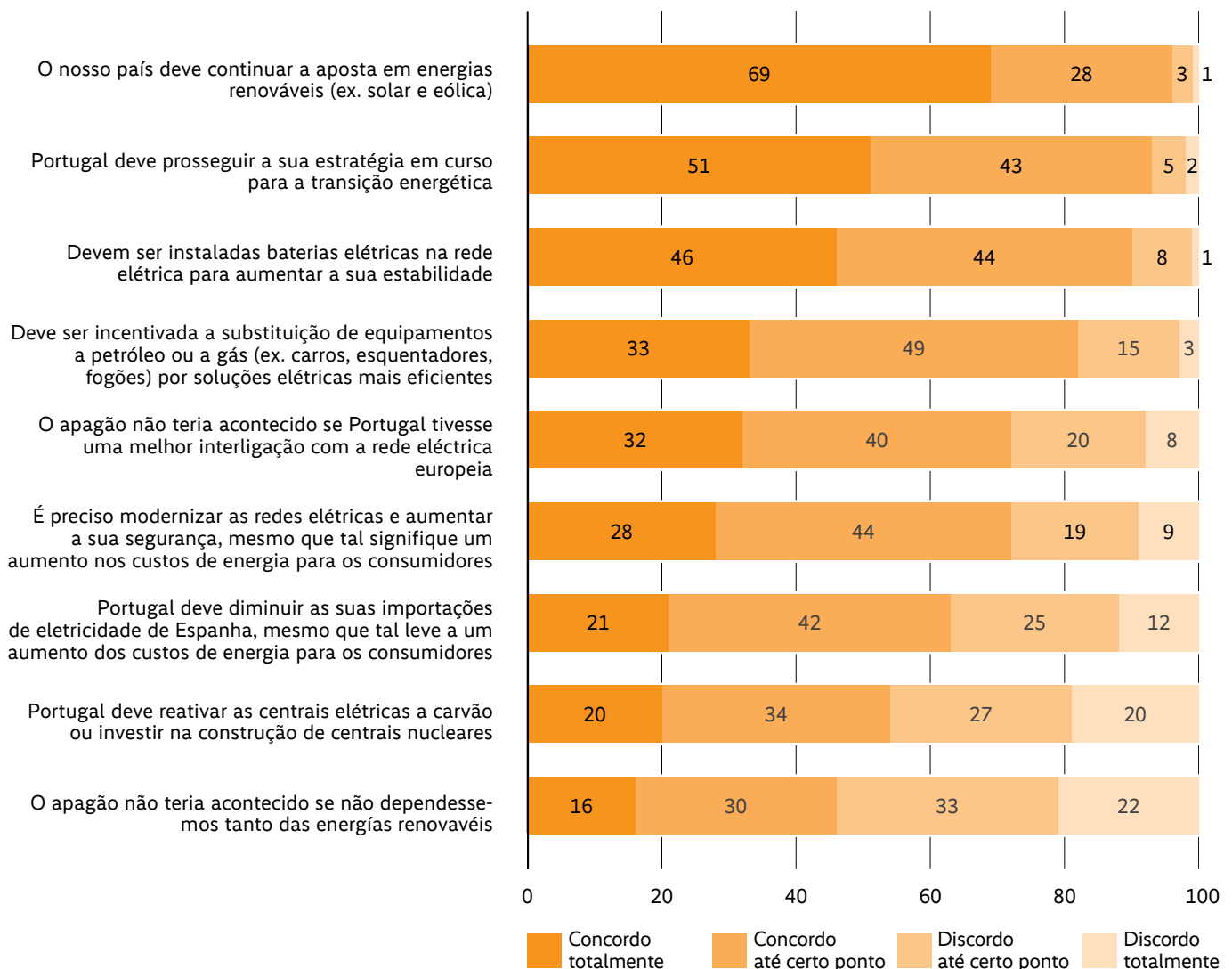
28 de abril de 2025 – O apagão e a transição energética em Portugal

O apagão de 28 de abril de 2025 revelou vulnerabilidades no sistema elétrico ibérico. Com a investigação formal do incidente em curso e no vácuo deixado pela falta de respostas oficiais, o debate público centrou-se na identificação das potenciais causas do apagão e na sugestão de medidas para evitar a sua repetição. Durante várias semanas, o espaço mediático abriu-se a várias perspetivas e narrativas sobre a transformação do sistema energético português.

Neste contexto, é altamente relevante compreender as perspetivas dos portugueses face a esta situação extraordinária e às políticas energéticas. A *figura 1* apresenta a avaliação feita pelos inquiridos a uma série de trajetórias complementares e alternativas para a transição energética, considerando a experiência com o apagão.

Avaliação de trajetórias para a transição energética (%) pós-apagão

Figura 1



Fonte: GfK Metris, 2025

Destaca-se que, apesar de uma influente narrativa que tentou, sem provas, responsabilizar as energias renováveis pelo apagão, 97% dos inquiridos consideram que o país deve continuar a aposta em energias renováveis e 94% afirmam que deve prosseguir a estratégia em curso para a transição energética. Esta maioria bem consolidada demonstra o forte apoio da população para a concretização das políticas em vigor, nomeadamente, o Plano Nacional de Energia e Clima para 2030.

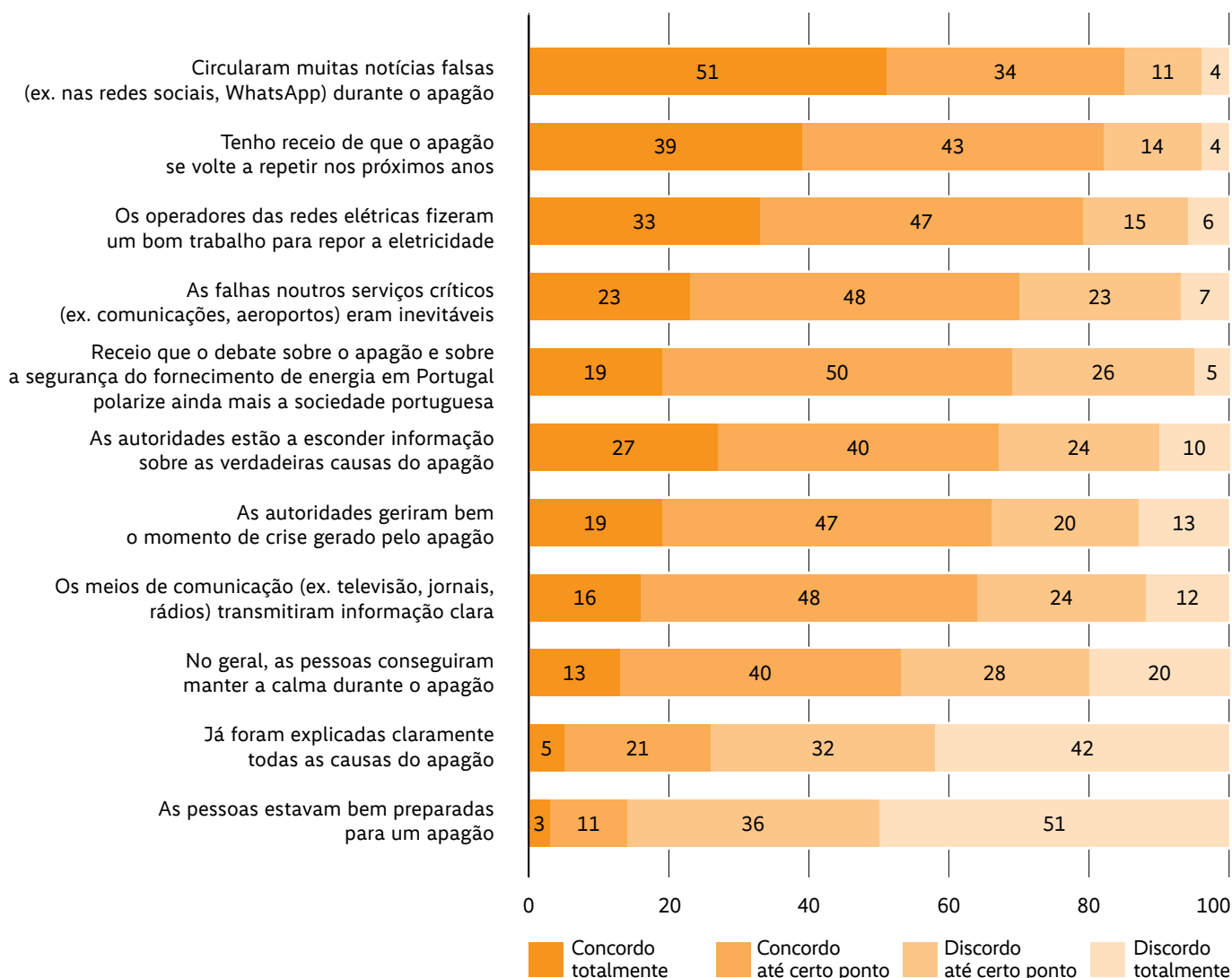
Adicionalmente, a maioria dos inquiridos concorda com a instalação de baterias elétricas, com o reforço da interligação com a rede elétrica europeia e com a modernização geral das redes elétricas. Algumas destas medidas já estão em curso ou planeadas, sendo que parecem granjear apoio mesmo se implicarem um aumento de custos para os consumidores. Embora o apagão tenha demonstrado vulnerabilidades no abastecimento de eletricidade, 82% dos inquiridos continuam a concordar com os incentivos à eletrificação em detrimento da utilização de petróleo ou gás.

A integração de Portugal e Espanha num mercado único de eletricidade (Mercado Ibérico de Eletricidade) tem sido vantajosa para ambos os países em termos de eficiência económica do sistema elétrico. Ou seja, o consumo de eletricidade pode ser abastecido por produtores de qualquer um dos países, sendo dada prioridade aos que produzem a menor preço. No entanto, face à origem comprovada do apagão no sistema espanhol, cerca de 63% dos inquiridos consideram que Portugal deve diminuir as suas importações de eletricidade de Espanha. Esta maior autonomia nacional é considerada importante mesmo que implique um aumento de custos para os consumidores.

Considerando o apagão de 28 de abril de 2025, cerca de metade dos inquiridos afirma que Portugal deve considerar estratégias alternativas para a transição energética, incluindo a reativação das centrais elétricas a carvão ou o investimento na construção de centrais nucleares. Uma porção significativa dos inquiridos parece compatibilizar visões opostas para a transição energética, ou seja, existe um forte apoio à aposta atual em energias renováveis e, simultaneamente, alguma abertura a outras tecnologias.

Figura 2

Confiança, comunicação e perceções após o apagão (%)



Fonte: GfK Metris, 2025

Além do seu impacto no sistema elétrico, o apagão foi também um momento de crise e de rutura no quotidiano da sociedade portuguesa. A *figura 2* apresenta as respostas a questões que procuram avaliar a perceção dos portugueses sobre o apagão. Em termos de comunicação, 86% dos inquiridos afirmam que circularam notícias falsas nas redes sociais e 64% consideram que os meios de comunicação tradicionais fizeram um bom trabalho na transmissão de informação. No entanto, menos de um terço declara-se satisfeito com as explicações oficiais e dois terços pensam que as autoridades ainda escondem informações. O debate sobre o apagão pode acentuar a polarização na sociedade portuguesa, o que preocupa 67% dos inquiridos.

Os resultados parecem demonstrar que existe uma aceitação, por parte da população, das circunstâncias extraordinárias do apagão e alguma benevolência face às respostas imediatas a esta crise. Apesar do longo período sem abastecimento de eletricidade, 79% dos inquiridos consideram que os operadores das redes elétricas fizeram um bom trabalho a repor a eletricidade, 71% reconhecem que as falhas noutros serviços críticos eram inevitáveis e 67% afirmam que as autoridades geriram bem a crise. A preparação e resposta da população perante um apagão é avaliada de forma menos positiva: quase metade dos inquiridos observa que as pessoas não conseguiram manter a calma e apenas 13% pensam que as pessoas estavam bem preparadas. Apenas um em cinco portugueses não tem receio de que o apagão se repita nos próximos anos.

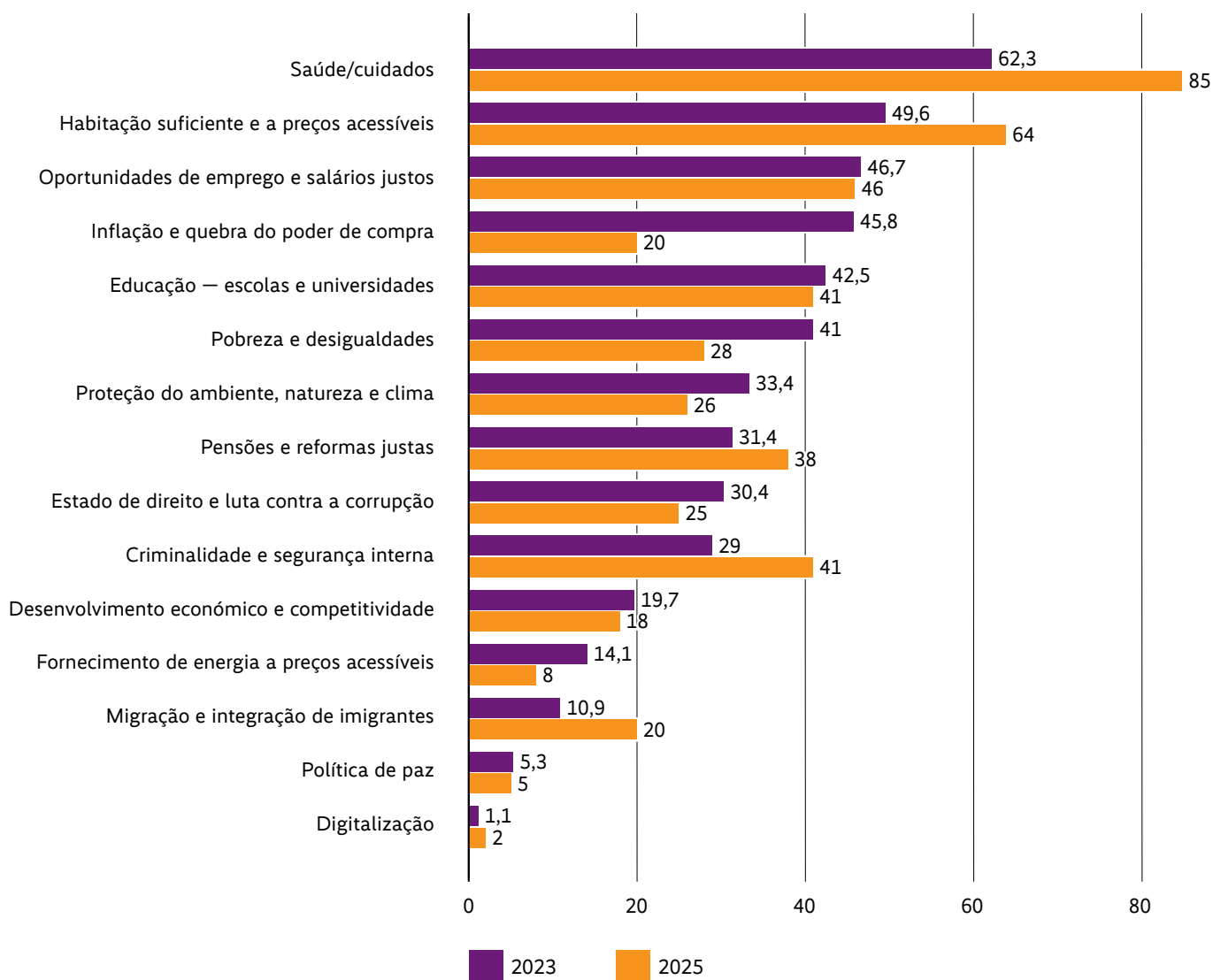
De 2023 a 2025 – Como evoluíram as prioridades dos portugueses?

A comparação dos resultados dos inquéritos de 2023 e 2025 revela uma consolidação das principais prioridades identificadas pelos portugueses, nomeadamente saúde, habitação, emprego e educação (figura 3). Estas são questões estruturantes que afetam a maioria da população no seu quotidiano e que não têm sido, na perspetiva dos inquiridos, adequadamente trabalhadas pelos sucessivos governos.

Por outro lado, é evidente que, com o abrandamento da inflação, a quebra do poder de compra deixou de ser uma preocupação imediata para muitos portugueses. Também o combate à pobreza e às desigualdades parece ter descido na lista de prioridades entre 2023 e 2025. Em sentido inverso, questões como a criminalidade e a segurança interna tornaram-se mais prementes para os portugueses nos últimos dois anos, em linha com as tendências globais nestes temas.

Temas que mais deveriam preocupar os responsáveis políticos em Portugal (%): 2023 e 2025

Figura 3



Fonte: elaboração própria a partir de Schmidt et al., 2025, e GfK Metris, 2025

A preocupação com a proteção do ambiente, da natureza e do clima contraiu ligeiramente, de 33,4% para 26,0% das respostas totais, passando de sétimo para oitavo lugar na lista de prioridades dos inquiridos. Em particular, as questões ambientais e climáticas parecem ter sido ultrapassadas pela crescente apreensão relativamente à criminalidade e segurança e às pensões e reformas. Também o fornecimento de energia a preços acessíveis, mesmo com o apagão de 28 de abril de 2025, desceu um lugar na lista de prioridades da população, decrescendo de 14,1% para apenas 8,0% das respostas.

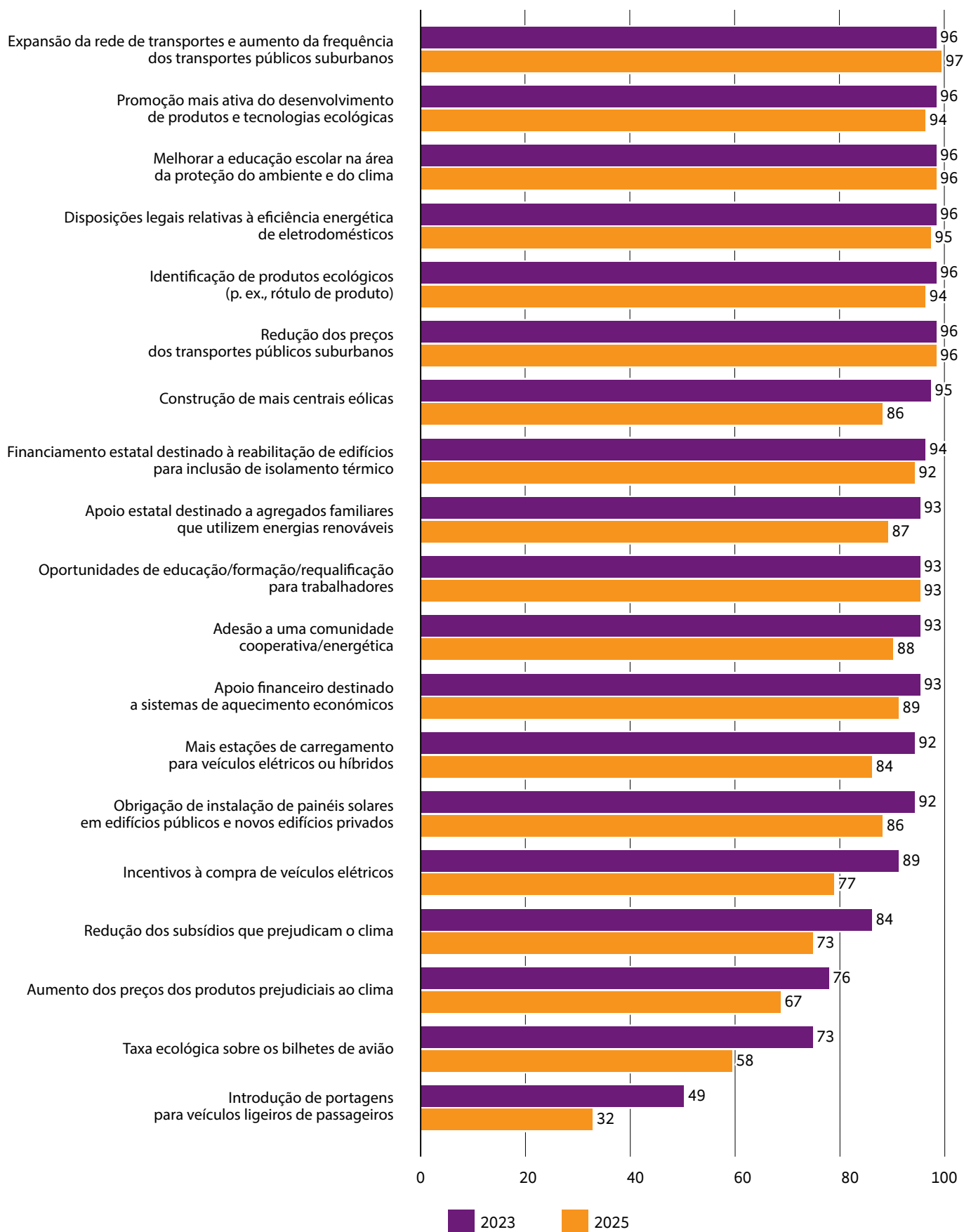
A repetição do inquérito parece confirmar o forte apoio da população portuguesa a políticas que promovam uma mudança consistente para as energias renováveis, embora com uma ligeira redução nas respostas em concordância de 95%, em 2023, para 92%, em 2025. Também a componente de apoio social associada à transição energética continua a beneficiar de aceitação generalizada por parte da população, com 89% e 84% de respostas concordantes em 2023 e 2025, respetivamente.

Na *figura 4*, apresenta-se a avaliação de uma série de medidas de proteção ambiental, comparando-se os resultados dos inquéritos de 2023 e 2025. Apesar da avaliação largamente positiva atribuída a todas as medidas nos dois inquéritos, com a exceção da introdução de portagens para veículos ligeiros de passageiros, assiste-se a uma redução generalizada do apoio. Olhando para o valor médio do conjunto de medidas, o apoio da população era de 93%, em 2023, tendo diminuído para 88%, em 2025, o que corresponde a uma redução média de cinco pontos percentuais.

Como medidas que se tornaram mais impopulares nos últimos anos, com uma contração superior a 10% na concordância, destaca-se a introdução de portagens, a taxa ecológica sobre bilhetes de avião, os incentivos à compra de veículos elétricos e a redução dos subsídios que prejudicam o clima. Também o apoio à construção de mais centrais eólicas e à instalação de painéis solares em edifícios reduziu de 95% para 86% e de 92% para 86%, respetivamente. Por outro lado, medidas vocacionadas para o apoio aos consumidores, incluindo financiamento para reabilitação de edifícios, substituição de equipamentos de aquecimento e utilização de energias renováveis, apresentaram um decréscimo mais modesto.

A menor concordância com medidas de proteção ambiental, bem como a descida de temas relacionados com ambiente, clima, natureza e energia entre as prioridades dos portugueses, pode estar também ligada à crescente insatisfação geral com a fraca comunicação das políticas que têm vindo a ser definidas pelos sucessivos governos. Em 2023, 73% dos inquiridos afirmaram que as medidas para uma economia mais ecológica não são claras. Em 2025, este valor subiu para 78%, ou seja, apenas um em cinco inquiridos considera que as medidas são suficientemente apresentadas e explicadas.

Avaliação de medidas de proteção ambiental (% de respostas em concordância): 2023 e 2025



Fonte: elaboração própria a partir de Schmidt et al., 2025, e GfK Metris, 2025

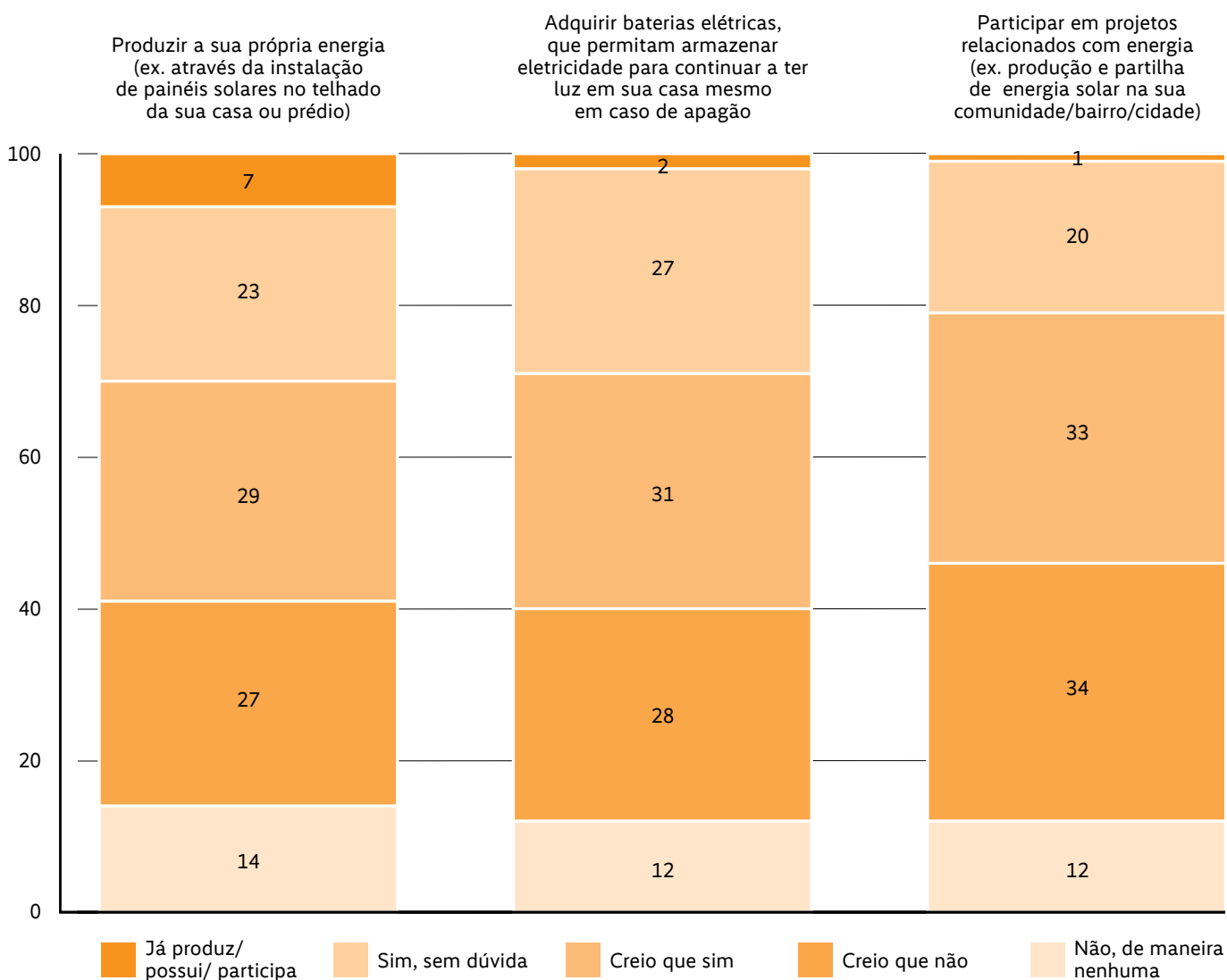
Envolvimento na transição energética antes e depois do apagão

Em 2023, o inquérito conduzido pela FES reportou uma predisposição significativa por parte da população para participar na transição energética à escala local. Em 2025, esta predisposição mantém-se robusta, mas com um ligeiro decréscimo do interesse, em linha com a tendência geral de redução do apoio a medidas ambientais. Enquanto, em 2023, 80% dos inquiridos estavam disponíveis para participar ativamente em projetos comunitários de energia e 81% mostravam abertura para produzir a sua própria energia, em 2025, esta proporção diminuiu para 64% e para 73%, respetivamente.

O apagão parece ter tido impactos distintos na disponibilidade de diferentes segmentos da população portuguesa para participarem ativamente na transição energética (figura 5). Ligeiramente mais de metade dos inquiridos afirma que o apagão aumentou o seu interesse em produzir a sua própria energia, armazenar eletricidade através de baterias e participar em projetos comunitários de energia. Para a restante população, o apagão não parece ter influenciado significativamente o seu interesse nestes temas.

Aumento do interesse na produção e armazenamento de energia após o apagão (%)

Figura 5



Fonte: GfK Metris, 2025

Considerações finais e recomendações

Este relatório promovido pela FES Portugal teve dois objetivos principais: 1) analisar o impacto do apagão geral de 28 de abril de 2025 e as suas potenciais sequelas para a transição energética e 2) aferir a perceção dos portugueses face à proteção do ambiente a ação climática considerando a evolução entre 2023 e 2025. Ao analisar os resultados do inquérito de 2023, Schmidt *et al.* (2025) concluíam que, apesar de os portugueses priorizarem temas como a saúde, a habitação, rendimentos e o emprego, mostravam-se também muito favoráveis à implementação de medidas em prol do ambiente e do clima.

A repetição parcial do inquérito em 2025 reforçou esta hierarquização de prioridades, sendo que a preocupação com a proteção do ambiente e do clima e com a aposta nas energias renováveis aparenta ter decrescido ligeiramente nos últimos dois anos. Em tendência oposta, temas como a saúde, habitação, criminalidade e migração tornaram-se mais relevantes para os portugueses. O apoio a medidas de proteção ambiental continua bastante elevado, com várias medidas a serem vistas favoravelmente por mais de 80% dos inquiridos, mas diminuiu de forma transversal e significativa entre 2023 e 2025. Recomenda-se, assim, que seja reforçada a comunicação sobre os benefícios destas medidas, explorando a sua ligação a temas como saúde, habitação e emprego.

Embora não seja possível traçar conclusões definitivas, esta pode ser uma tendência preocupante de progressiva diminuição da aceitação social de políticas ambientais e climáticas, em linha com o crescimento a nível internacional e nacional de movimentos que desvalorizam estes temas. Em contraste, a evidência científica alerta que a ação neste campo é cada vez mais urgente para mitigar os piores impactos das crises ambientais e salvaguardar o cumprimento de compromissos internacionais.

O apagão de 28 de abril reacendeu o debate sobre política energética em Portugal. No entanto, os resultados do inquérito revelam um forte mandato da população para a continuação da aposta em energias renováveis em conjugação com a modernização da rede elétrica e a instalação de sistemas de armazenamento. As falhas em serviços críticos, como comunicações e transportes, deixaram a população apreensiva e a falta de explicações por parte das autoridades abriu espaço à desinformação. Torna-se, assim, necessário esclarecer cabalmente as causas do apagão e planear o sistema elétrico de forma a garantir a segurança do abastecimento em linha com o preconizado no Plano Nacional de Energia e Clima para 2030.

Apesar da tendência negativa entre 2023 e 2025, os portugueses continuam a revelar um forte interesse na eficiência energética e nas energias renováveis. Neste sentido, recomenda-se que sejam reforçadas as medidas que promovem o envolvimento direto dos cidadãos na transição energética, por exemplo, no que diz respeito à reabilitação energética de edifícios, à substituição de equipamentos ineficientes, à melhoria da literacia energética, à prestação de apoio personalizado e ao desenvolvimento do autoconsumo de energia solar e de comunidades de energia renovável. A colaboração direta com organizações de carácter local pode ajudar a mobilizar a população para iniciativas de transição ambiental e climática (Sequeira *et al.*, 2024b). Uma transição energética justa, que envolva todos os segmentos da população e que partilhe os seus múltiplos benefícios, não só terá maior aceitação social como será mais célere e eficaz no cumprimento dos seus objetivos.

Referências

Agência Internacional de Energia (2023). *Net Zero roadmap: A global pathway to keep the 1.5 °C goal in reach – 2023 update*.

↗ www.iea.org

Agência Internacional de Energia (2024). *World Energy Outlook 2024*.

↗ www.iea.org

Comissão Europeia (2025). *Special Eurobarometer report 565 – Climate change*.

↗ <https://doi.org/10.2834/3928510>

GfK Metris (2025). *Inquérito Fundação Friedrich Ebert – Atitudes dos portugueses face às alterações climáticas e à transição energética*. Julho 2025.

REN (2025). *Recorde de produção de renováveis abastece 71% do consumo de eletricidade em 2024*. 06 janeiro 2025.

↗ <https://www.ren.pt/pt-pt/media/noticias/recorde-de-producao-de-renovaveis-abastece-71-do-consumo-de-eletricidade-em-2024>

Schmidt, L., Horta, A., & Guerra, J. (2025). *Inquérito sobre transição ecológica e climática*. Friedrich Ebert Stiftung – FES.

Sequeira, M. M., Gouveia, J. P., & Melo, J. J. (2024a). (Dis)comfortably numb in energy transitions: Gauging residential hard-to-reach energy users in the European Union. *Energy Research & Social Science*, 115.

↗ <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103612>

Sequeira, M. M., Gouveia, J. P. & Melo, J. J. (2024b). Can local organizations act as middle actors in energy support? Exploring their functions, motivations, challenges, and needs. *Energy Efficiency*, 17.

↗ <https://doi.org/10.1007/s12053-024-10262-5>

Tollefson, J. (2025). *Earth shattered heat records in 2023 and 2024: is global warming speeding up?* Nature, News Explainer, 06 January 2025.

↗ <https://doi.org/10.1038/d41586-024-04242-z>